

**FORMAÇÃO, EXPERIÊNCIA E POLÍTICA:  
AS INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES  
COMO RESISTÊNCIA NA UNIVERSIDADE CONTEMPORÂNEA**

Denizart Fazio (ITCP-USP)  
denizart.fazio@gmail.com

**RESUMO**

Neste artigo, como uma proposta inicial de estudo teórico, faremos considerações a respeito da universidade pública brasileira contemporânea, enfatizando o acelerado processo de privatização de sua forma de organização e da perda de um dos sentidos mais centrais: a formação. Uma parte do artigo será dedicada ao percurso dos sentidos da ideia de formação e de experiência, fundamentais para a análise do trabalho da incubadora de cooperativas populares na universidade, a partir das contribuições de Walter Benjamin, Kant, Gadamer e Hannah Arendt. Finalmente, buscaremos caracterizar a experiência de trabalho na incubadora como uma experiência política, a partir de uma prerrogativa estruturante: o trabalho autogestionário. Sendo um estudo teórico, buscou-se fazer uma revisão bibliográfica de alguns autores que percorreram os conceitos acima elencados. Ao falar de experiência, a busca pela compreensão de Walter Benjamin sobre o conceito foi fundamental. Para a formação foram utilizadas as contribuições de Gadamer, que faz uma breve retrospectiva dos sentidos que o conceito teve ao longo da história da filosofia; ainda sobre formação utilizamos reflexões de Kant sobre o esclarecimento. Sobre a política, Arendt foi a autora escolhida por, a nosso ver, propor conceitos fundamentais para a compreensão do fenômeno da perda de sentido da formação na universidade contemporânea.

29

**PALAVRAS-CHAVE:** Universidade, ITCP, Autogestão

**FORMAÇÃO, EXPERIÊNCIA E POLÍTICA: AS INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES  
COMO RESISTÊNCIA NA UNIVERSIDADE CONTEMPORÂNEA**

“Já abundam os homens cegamente convictos, muito "práticos", "úteis" para os serviços do Estado, da Igreja, dos partidos e das empresas comerciais. Pode ser que todas essas instituições lamentem, em breve, a abundância de homens convictos e a falta de homens livres. Então, acusar-se-á amargamente o utilitarismo das universidades modernas”. CARPEAUX, 2006.

“É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências”. BENJAMIN, 1994

Pode uma incubadora tecnológica de cooperativas populares criar espaços de ação e liberdade, profundamente formativos, propiciando uma experiência política na universidade? Neste artigo faremos considerações breves hega a respeito da atual universidade pública brasileira, enfatizando o acelerado processo de privatização de sua

forma de organização e da perda de um dos seus mais centrais sentidos: a formação. Em seguida dedicaremos breves reflexões às ideias de formação e experiência, que entendemos como fundamentais para a análise do trabalho da incubadora na universidade contemporânea. À guisa de uma síntese buscaremos caracterizar a experiência de trabalho na incubadora como uma experiência política, a partir de um prerrogativa estruturante: o trabalho autogestionário. Esses temas possuem extensa bibliografia na história da filosofia e da política e não é nosso objetivo ir além de apresentação programática de nossos estudos.

O nosso ponto de vista são os trabalhos desenvolvidos na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP. Ainda que as análises sobre a universidade encontrem efeitos de um processo que atinge toda a sociedade, há algumas especificidades nesse espaço: o seu acelerado processo de privatização e o funcionamento autogestionado da ITCP-USP.

A natureza do trabalho dentro de uma incubadora tem muitas dimensões. A complexidade das relações dentro de um coletivo que tem entre seus atores estudantes, docentes e funcionários da universidade, propondo-se a um funcionamento em autogestão, radicalmente democrático, contempla a possibilidade de estudos dos mais diversos. A inadequação da universidade contemporânea ao ideal humanista de formação, bem como a perda da experiência e do seu sentido político são fios condutores dessa reflexão. O papel das incubadoras como proponentes de espaços formativos, de uma experiência política deve ser o cerne dos nossos apontamentos quando essas práticas vão na contramão do atual ambiente universitário, revelando um descompasso entre ideais opostos de universidade. Refletir sobre a experiência das ITCPs é também refletir nas alternativas que esses grupos buscam em confronto com o presente histórico. É nesse espaço de crise que nossas reflexões se iniciam.

A tensão da universidade entre se adaptar ao presente histórico ou permanecer descolada dele não é exclusividade de nosso tempo, ela acompanha a história da própria universidade, como sugerem Silva (2001) e Chauí (1998). Adequar-se exclusivamente ao seu presente histórico significa responder irrefletidamente aos interesses hegemônicos da sociedade, adaptando-se a eles. Daí a importância desse descolamento, dando-lhe tempo e condições de reflexão necessários para o questionamento daqueles interesses. Se essa situação não é novidade na história da universidade, a especificidade contemporânea está na diminuição constante dessa tensão, fazendo-nos conhecer uma universidade que se adapta plenamente ao seu presente histórico.

O contexto mais recente que tornou isso possível foi formado na ditadura militar mediante o esvaziamento da esfera pública (SILVA, 2006). A reconstrução de instituições democráticas após esse período é gradual, pois a democracia não é natural, necessita de um ato de fundação e de processos constantes de aprofundamento. No esvaziamento da esfera pública, espaço privilegiado da política, o econômico toma grandes proporções e subordina o público ao privado. Não é sem razão que as decisões que envolvem a universidade contemporânea têm como pedra de toque os critérios técnico-operacionais.

A universidade se privatiza ao subordinar-se ao econômico. Torna os interesses particulares, portanto privados, de setores da sociedade que detém grande capital, em objetivos da própria universidade. Nessa descaracterização de seu sentido, esta passa a ser de um lado o laboratório da maximização dos lucros, a partir da produção de tecnologia apropriada aos grandes interesses econômicos e de outro uma fábrica de mão-de-obra qualificada para ocupar os lugares de gerência da exploração capitalista. Chauí (1998), analisando este mesmo movimento, caracteriza duas tendências não-antagônicas: a da universidade funcional (como objetivo de preparar mão-de-obra para o mercado) e a da universidade operacional (aquela da eficácia organizacional).

É nesse acelerado processo que a universidade pública se descaracteriza, deixa de ser um espaço de generalidades, para se transformar, sobretudo, em um espaço de especialidades.

Aquele sentido de formação de uma cultura geral da universidade humanista se perdeu. Os cursos de humanidades, mais próximos a esse ideal de formação humanista, também se inserem progressivamente em uma concepção produtivista e utilitarista. Utilitarista por que funda seu discurso na pretensão de que todo conhecimento pode ser reduzido a um conjunto de técnicas. A noção de cultura geral e de um conjunto de conhecimentos que não podem ser definidos, mas que fazem parte de uma apreciação do espírito, não tem valor de mercado, não podem se reduzir às técnicas e são para uma sociedade dominada pelo capital financeiro, inúteis. A alcunha é exata, pois justamente, não são conhecimentos utilitários, não possuem valor de mercado.

Nas palavras de Lefort (1999, p. 219): (...) a inspiração da educação humanista, era para dar a entender que o conhecimento como tal não pode se isolar da formação do Sujeito, e que o próprio conhecimento, como acesso à cultura, possui dimensão ética, dimensão política, dimensão estética. Esse conhecimento indefinido, não determinável, por excelência não mensurável, é ele agora que se torna da ordem do supérfluo, é agora que se torna da ordem da pura abstração.

Os efeitos desse processo não estão apenas na transformação da universidade de um espaço da cultura geral em um ambiente de formação de especialistas. Um dos efeitos mais importantes para nossa reflexão é o que Silva (2001) chama de “perda da experiência de formação” da universidade, a perda da “(...) possibilidade de o sujeito articular-se historicamente, ou seja, equilibrar a sua inserção no presente a partir de uma articulação entre o presente e o passado históricos” (2001, p. 34). Para entender essa perda é fundamental nos aproximarmos de algumas ideias sobre o sentido de formação e experiência, bem como das condições de sua existência.

A experiência pode ser amplamente entendida como um evento que afeta o sujeito, que passa pelo sujeito e o transforma. Esse acontecimento, esse evento transformador do sujeito, produz um tipo de conhecimento, um saber. Saber pessoal que em nenhum momento se confunde com o saber científico. A experiência não pode ser reproduzida, enquanto o saber científico tem na reprodução um dos seus atributos fundamentais. A diferença entre esses dois saberes se dá na razão de cada um deles obedecer a uma lógica diferente. Larossa Bondía (2002: 28), analisando a experiência e o seu saber distingue essas duas lógicas: experimento e experiência. A lógica do experimento, que mais define nossa universidade contemporânea, é a lógica do genérico, produz homogeneidade entre os sujeitos. Já a experiência, ao contrário, por se tratar sempre de particularidades, eventos afetando sujeitos, será pluralidade, produzindo diferença, traço fundamental para a consolidação da política.

A lógica do experimento é a lógica da técnica. O desenvolvimento da técnica e a sua sobreposição aos homens faz com que haja a sensação, provocada pelo capitalismo, através principalmente da propaganda, de que a resolução dos problemas humanos está no trabalho de encontrar o melhor método, a melhor técnica. Isso justifica a necessidade crescente dos conhecimentos especializados, necessitando de alguém que indique a melhor maneira na condução de um processo. Um novo processo substitui rapidamente o antigo, dando a sensação de que há sempre uma nova solução aos antigos problemas. E então estamos não mais no campo da experiência, mas no campo da informação.

Um dos pensadores que analisaram essa situação de forma certa no foi Walter Benjamin. Em seu ensaio O Narrador, elucida o modo como na sobreposição da técnica sobre a vida, os homens, necessariamente acabam por trocar as peças do patrimônio humano, sua tradição, pela moeda miúda do atual. Para ser atual é necessário ser sempre ultrapassado. É necessário um movimento incessante de sobreposição onde objetos se tornam mais atuais que outros.

Esses que há pouco tinham a mesma condição de atuais. A atualidade, sendo condição na sociedade da técnica, imprime um movimento vertiginoso de mudanças e sobreposições. Nada é duradouro. Essa é a moeda miúda a que Benjamin (1994, p. 202-204) se refere, que trocamos pelo patrimônio cultural. É ela que vemos todos os dias na imprensa, que sobrevive justamente da acelerada criação de novidades. Em um mundo onde as novas tecnologias tornam o acesso e o consumo da informação cada vez mais rápidos, a sua criação deve ser vertiginosamente rápida também. Nunca antes consumimos informação de modo tão rápido. É esse o processo que sufoca a experiência. No mundo dominado pela informação, a experiência é decadente, beira o impossível.

É quase redundante reiterarmos que essa experiência tem pouco espaço na universidade contemporânea. Com sua decadência o efeito mais nocivo para o atual estado da universidade é a escassez da transmissão da experiência. Além da própria possibilidade da experiência, uma prerrogativa fundamental para que essa transmissão possa acontecer é o encontro entre homens, traço fundante da política. Como se não bastassem esses efeitos, a experiência genuína é também elemento característico do que estamos chamando de formação. Cabe esclarecer um pouco mais essa ideia.

O projeto humanista de formação do sujeito como finalidade da educação há muito não serve para descrever os verdadeiros objetivos da educação contemporânea. Apesar dos clichês dos discursos educacionais, que repetem palavras de ordem vazias

de uma educação integral, a prática da educação contemporânea não é entendida como a reflexão sobre as condições de nossa experiência no mundo. O mundo não é pensado, é executado. Daí a preponderância das áreas do conhecimento que têm como centralidade a organização, a gestão, a técnica.

A formação não tem como seu objeto o domínio de um número cada vez maior de conhecimentos, ela não é feita a catálogos. Tratando-se de uma forma de relação com o saber e não de um acúmulo de dados, a formação tem como seu atributo a indeterminação. É dessa maneira que a formação possui uma relação fundamental com a experiência. É a partir de genuínas experiências que ela pode acontecer.

Gadamer (1997) inscreve a ideia de formação na tradição humanista, considerando como fundamental o salto na compreensão da formação a partir de Hegel, quando ganha força a ideia de que o homem não é aquilo que deveria ser. O homem, de forma natural, não alcança aquilo que ele deveria ser. O homem deveria elevar-se a uma 'universalidade'. Para Gadamer essa universalidade significa principalmente alteridade: um reconhecimento, no estranhamento diante do outro, daquilo que é próprio a si mesmo. A partir dessa ideia a formação é entendida como um alargamento dos pontos de vista do sujeito a partir do encontro com pontos de vista dos outros.

Esse elevar-se à universalidade pode encontrar alguma correspondência no conceito kantiano de esclarecimento. Para Kant o esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, um alcançar acima de si mesmo. Para o filósofo há uma premissa *sine qua non* desse processo: a liberdade. É na liberdade que o homem pode deixar a sua menoridade, essa em um sentido bastante específico: "(...) fazer um *uso público* de sua razão em todas as questões" (1985, p. 104). É no uso público da razão que o homem se esclarece.

Essas aproximações do sentido de formação pressupõem a existência de uma esfera pública, ambiente propício ao uso público da razão, bem como à alteridade a partir do encontro de diversos pontos de vista e argumentações. É dessa forma que a ideia de formação entra no terreno da política. Tanto para Gadamer quanto para Kant há a necessidade do encontro entre homens e mulheres onde estes possam falar e ouvir, onde possam manifestar sua singularidade. Entendemos a esfera pública como Arendt, "A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros (...)" (2009, p. 62).

No desaparecimento da esfera pública, o mundo comum, o próprio sentido de formação está abalado e ocorre um processo de privatização, "(...) os homens tornam-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles" (idem, p. 67). É justamente na esfera pública que os homens podem revelar a sua singularidade; e para tal, necessitam da política.

Entendemos política não como a administração estatal, a gerência pública ou os representantes eleitos para ocupar o Estado. Não se trata da política dos governantes nem das eleições. Aqui compartilhamos com o sentido de política que Arendt enuncia: a ação em comum acordo, a ação conjunta entre homens em virtude da pluralidade, ou seja, o fato de que não há nenhum homem igual a outro possibilita que esses se encontrem e ajam conjuntamente. Dessa maneira, para a pensadora há uma estrita ligação entre política e liberdade: a política como ação entre os homens, numa esfera pública, num espaço onde a pluralidade dos homens possa surgir e onde a liberdade encontre ambiente propício para aparecer. Com a política se funda a liberdade. Esta é a razão de ser daquela. A liberdade arendtiana pode ser vivida apenas na ação. "Os homens são livres (...) enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa" (2000:199).

Todas essas aproximações parecem muito distantes da universidade contemporânea.

Formação, experiência e política necessitam de elementos cada vez mais escassos, senão inexistentes, na universidade. Podemos seguramente afirmar que qualquer aparecimento de experiência genuína, política e formação é resistência ao modelo hegemônico de universidade adequada ao presente histórico. É justamente nessa condição que a existência de uma incubadora tecnológica de cooperativas populares dentro da universidade, propondo-se a funcionar de modo autogestionado, pode ser entendida, aos moldes de Silva (2001), como negação do presente histórico, uma recusa ao movimento de adaptação.

Particularmente, sobre a ITCP-USP, trata-se de programa de extensão universitária vinculado à Pró-Reitoria de Extensão Universitária, que inicia suas atividades em 1998. Seu trabalho objetiva o fortalecimento de ações de Economia Solidária, seja na incubação de empreendimentos econômicos solidários, na formação ou fortalecimento de redes econômicas solidárias ou na formação de estudantes, trabalhadores e professores em torno de temáticas da Economia Solidária e da autogestão. Seus princípios de atuação são a autogestão, a interdisciplinaridade, a educação popular e a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Barbieri (2008), em seu estudo sobre a ITCP-USP, entende que a atuação da Incubadora tem relevância pública por lidar com questões da economia e do mundo do trabalho. Essa relevância a transforma em um espaço agregador de estudantes. A possibilidade deles interferirem em questões públicas, com a utopia da transformação social, é que faz da incubadora um espaço propício à Política. Para a autora, a Incubadora é um espaço político na medida em que contempla a dimensão do comum, da pluralidade e da ação (Idem: 60). Isso se deve à opção da incubadora em ser autogestionária. Torna-se o espaço um rico ambiente formativo ao unir professores, estudantes e funcionários, para conjuntamente refletirem sobre os mais diversos problemas enfrentados pela incubadora e a partir da igualdade no uso da palavra e na tomada da decisão constroem caminhos coletivos de ação.

O estudo de Barbieri mostra como a incubadora é entendida pelos estudantes como um espaço de formação política dentro da universidade. A partir de entrevistas com estudantes que trabalharam na incubadora diversas épocas, a autora, conclui que o espaço da incubadora é um espaço político. Em outras palavras podemos entender a incubadora como uma experiência política ao possibilitar a política, o encontro entre pessoas para agirem conjuntamente, em um modelo radicalmente democrático.

Na prática, o funcionamento da incubadora se dá a partir das diretrizes coletivas que saem do espaço coletivo de tomada de decisões que é chamado de conselho, instância que reúne todos os trabalhadores da incubadora. Há projetos ocorrendo simultaneamente, sendo divididos por equipes de trabalhos que compõe outros espaços de decisão subordinados ao conselho. Tanto a escrita dos projetos quanto a sua execução é feita em parceria entre os estudantes, funcionários e professores. Daí nasce a autogestão da incubadora.

É evidente que o termo autogestão, como os termos políticos por excelência, tem significado bastante amplo. Trata-se menos de uma definição teórica do que de um sendo comum das inúmeras práticas radicais de democracia que se instauraram em diversas épocas e âmbitos da sociedade. Podemos encontrar a autogestão nos conselhos operários em inúmeras revoluções, na forma de definição dos trabalhadores para a coletivização dos meios de produção, como para as formas de funcionamento de diversas organizações que tem como ponto central a democracia radical.

No caso da incubadora ela é autogestionária justamente nesse último sentido. É evidente que ela está subordinada a uma estrutura organizacional da própria universidade e faz parte do corpo estatal. Porém, até o limite dessas estruturas, a incubadora se propõe a ser radicalmente democrática, portanto, autogestionária. Tanto o ambiente proporcionado por essa opção de organização quanto pela tensão gerada entre esse modo de funcionamento e o da vigente estrutura da universidade são profundamente formativos a todos que passam pela incubadora.

São formativos na medida em que proporcionam uma experiência política autêntica no encontro de iguais que agem conjuntamente. Não é sem razão que as incubadoras que compartilham dessa práxis acabam também por tensionar sua própria existência dentro da universidade ao propor uma prática de política e organização completamente diversa da hegemônica.

A existência da incubadora é sempre crítica, em duas acepções. Crítica na sua proposta de olhar para o mundo e buscar julgamentos radicais que principiêm uma ação, buscando olhar além da superficialidade. Mas também crítica por que é uma existência permanentemente em crise. Lembrando a assertiva de Arendt (2000: 223) sobre a fundamental importância da crise, “uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos”. O trabalho das incubadoras é crítico porque exige a todo momento julgamentos diretos à realidade, ao mundo econômico e social.

Por ser um processo de recusa, resistência e criação, há muitas dificuldades, enfrentadas por todas as incubadoras de cooperativas populares. A começar pela própria extensão universitária, pé institucional que a incubadora se vincula, e que ainda proclama os mesmos objetivos do extensionismo europeu do século XIX. O próprio conceito de extensão universitária se encontra em disputa.

Para Silva, que se apóia nas concepções de Adorno, se não é possível reverter a atual adaptação, pode-se ter uma atitude de recusa a ela. É na negação do presente que se possibilita a compreensão de que “(...) a experiência inclui uma relação transformadora com o objeto, o que vem a ser também uma transformação do próprio sujeito”. (2001, p. 31) Se a experiência pode se degenerar em adaptação, ela também pode se aproximar da formação a partir dessa recusa.

É dessa forma que a incubadora, dentro da universidade, possibilita um espaço de formação, política, que nega o movimento privatista e hegemônico da sociedade. A partir do diagnóstico de Silva da perda do sentido de formação na universidade contemporânea, estudar uma experiência que aponta para caminhos diversos daqueles hegemônicos para a universidade é fundamental para entender a própria experiência universitária atual. Pensar como se dá a formação a partir da experiência da ITCP-USP é entender as possibilidades de resistência a um modelo hegemônico de universidade e os seus sentidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BARBIERI, Estela Maria. *Extensão e Formação Política na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade De São Paulo 2008*, 84p. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

BENJAMIN, Walter. *O Narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: *Mágia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *Experiência e pobreza*. In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

CARPEAUX, Otto Maria. *Ensaio Reunidos 1942-1978, V.1*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

CHAUÍ, Marilena. “A universidade hoje”. Praga: *Revista de Estudos Marxistas*, São Paulo, v. 6, p. 23-32, 1998.

LARROSA BONDÍA, Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber da experiência*. *Revista Brasileira de Educação*. n. 19. Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

LEFORT, Claude. *Formação e autoridade: a educação humanista*. In: LEFORT, Claude. *Desafios da escrita política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

KANT, Immanuel. Textos seletos. Petrópolis: Vozes, 1985.

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. História da Filosofia: de Spinoza a Kant, v. 4. São Paulo: Paulus, 2005.

SILVA, Franklin Leopoldo e. “A perda da experiência da formação na universidade contemporânea”. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(1): 27-37, maio de 2001.

\_\_\_\_\_. “Universidade: a ideia e a história”. Estudos Avançados 20 (56), 2006.